

O ESPECTRO

Admonet in somnis et turbida terret imago.
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

Lisboa, 8 de janeiro

A perseguição tem crescido estes dias. As prisões são immensas. Não se veem por essas ruas senão agarrantes e agarrados.

Os liberaes estão ou nas presigangas, ou no campo, ou no homisio: a rede estendeu-se agora aos realistas, a esses cavalheiros que estavam de observação ás nossas contendas politicas, indifferentes a ellas, chorando talvez o sangue derramado, ou saboreando talvez o prazer da vingança attribuindo á liberdade os crimes da ambição, e esperando fazer da historia dos nossos desvarios a apothese do seu systema ca-duco.

O procedimento do governo foi injusto mas foi uma lição para os realistas — devem agora ficar sabendo o que são as doçuras do despotismo, e procurar nas instituições liberaes as garantias contra o arbitrio.

A causa de D. Miguel cahiu porque era uma causa sem grandeza e sem generosidade, era ingloria; a da liberdade triumphou porque era a causa da humanidade toda inteira, porque encerrava pensamentos grandiosos, porque consagra todas as virtudes domesticas e sociaes, porque dirigia as paixões do homem para um fim santo e justo, porque prégava finalmente o dogma evangelico da igualdade.

A causa de D. Miguel era a causa de uma pessoa, e as causas pessoas são sempre desgraçadas. Os adoradores do homem feliz abandonam-no na hora do infortunio. Idolo para elles é o que está sobre o altar seja anjo ou demónio. Ahi tendes a prova. Sousa Azevedo foi a Villa Franca, fardou em 1828 voluntarios á sua custa, offereceu cavallos para o exercito que pelejára contra a rainha, e dinheiros para as urgencias de estado de D. Miguel, e depois de tanta dedicação ahi o vemos no mesmo templo a adorar outra imagem, e a prender aquelles que foram seus correligionarios, e que só com-

metteram o crime de não renegarem das suas crenças.

Os miguelistas commetteram um erro grave — creram na boa fé do ministerio. Os cabralistas foram os que levantaram o grito sedicioso a favor do proscripto — D. Chama assim o testifica, assim o testifica Penafiel.

Os primeiros tiros foram disparados contra nós. Mac-Donell de combinação com o Casal atacavam as nossas forças; o visconde de Sá viu-se obrigado a castigar esta ousadia.

O governo de Lisboa contava como seus os triumphos do Mac-Donell. A prisão da coronel Couceiro pelos miguelistas foi uma festa para o ministerio. Se elles entravam n'uma povoação era isto materia para um supplemento do *Diario*.

A paz e a harmonia reinou entre aquella santa gente. A *Chronica de Braga*, folha miguelista, escrevia em 7 de dezembro estas palavras:

«Tambem consta que o barão do Casal desceu a visitar os confins da provincia. E que faremos em tal conjuntura? Não sabemos; porque ignoramos as suas ultimas tenções, e se quererá unir-se á causa do povo.»

A mesma folha disse que a força do barão do Casal em Lamego tinha fraternisado com os miguelistas.

D'aqui se vê que a persuasão da força de Mac-Donell era que o casal estava de combinação com ella, e julgava que elle secundava a sua causa. O caso é que o governo assim o dava a entender, e que n'esta persuasão é que appareceu aquelle general e o hespanhol Garcia. As massas foram illudidas cuidando que pelejavam contra o governo.

Esta inducção é verdadeira. O mesmo Casal a confirma. Temos a prova no officio d'elle publicado no *Diario* de 4 do corrente. Ei-lo ahi:

«Divisão de operações do Norte.—Ill.^{mo} e

ex.^{mo} sr.—Constando-me que as guerrilhas miguelistas, á testa das quaes se acha Mac-Donell punham em inquietação a provincia do Minho, chegando ao arrojo de nomearem auctoridades em nome do proscripto usurpador, e *espalhando que a minha divisão estava de accordo com elles*, resolvi marchar sobre esta cidade, etc.»

Ahi fica o documento authenticico de que a guerrilha dizia que o Casal estava de accordo com ella! É a *Chronica de Braga*, é o barão do Casal que o dizem—não somos nós, meros escriptores, que recopilamos estes factos para os apresentarmos ao publico. Os agentes ministeriaes é que levantaram o povo contra nós em nome de D. Miguel; e escolheram esta invocação porque desacreditado como está o principio despotico, ainda assim tem mais adherentes o systema de D. Miguel que o do actual ministerio.

O terem-se batido estas duas forças não significa que deixasse de haver combinação entre os chefes. As cartas de Braga dizem umas que Mac-Donell não se queria bater, mas que as suas forças resolveram o contrario; outras affirmam que o mesmo general as atraioçára; e outras finalmente attestam que o Casal havia prometido a Mac Donell não se bater. O que é certo é que em todas as versões se falla na cumplicidade dos chefes.

De tudo isto resulta por uma consequencia necessaria que o povo foi desvairado pelos cabralistas para pegar em armas contra nós, e que este serviço lhe foi pago com uma carniceria espantosa feita por aquelles que o illudiram.

O governo pensou que sendo os chetes cabralistas, podia empenhar o povo na defeza da sua causa, e como o povo se recusou a isso, mandou-o fuzilar. É assim que se explica a mortandade e assassinos commetidos na cidade do Braga.

E depois d'esta prova de perfidia que esperavam os realistas? O ministerio poupou-os em quanto lhe fez conta. Apenas o Casal os bateu prendeu aqui os cavalheiros que reputou mais influentes.

A proclamação de D. Miguel em Braga não era uma novidade para o governo. Ha muito que o sabia, regosijava-se com ella. Depois do combate, quando as suas armas entram alli triumphantes é que o ministerio procede á captura dos cidadãos!

Como se explica isto? Como se explica a prisão d'um sobrinho direito do duque de Saldanha? Não comprehendemos este mysterio.

A junta do Porto prendeu alguns cidadãos quando as forças do Casal se aproximaram aos seus muros: apenas fugiram, esses cidadãos foram soltos, e disfrutaram no seio das suas familias as garantias da liberdade. O governo de Lisboa treme, e é remisso, quando o raio lhe está sobre a cabeça; é arrogante e tyranno quando a tempestade ronca ao longe, e quando

julga seguro o triumpho. É a tyrannia dos covardes.

O interesse dos realistas consiste em abraçarem a bandeira popular, essa bandeira unica que se pôde abraçar sem deshonra, unica que pôde dar ao paiz dias de ventura, unica que pôde reunir todos os portuguezes, e com a qual já se abraçaram os caracteres mais illustres d'esse partido—os Povoas, Velhos, Guedes e outros. É uma bandeira sem partido, é a bandeira da nação.

O povo não conhece nomes, conhece principios. O rei legitimo é o que governa bem. A legitimidade perde-se pelo máu uso do poder, e as massas, e os exercitos brincam das ficções dos doutrinarios, das subtilzas dos rhetoricos, das sofismas dos ideologistas. A sua escola é a da experiencia.

Lamentamos a cegueira de certos publicistas que sustentam uma côrte corrupta com receio de outra peor. Estes são como os fracos que sustentaram Costa Cabral com receio de que o poder fosse para os liberaes. Lamentamos tambem a boa fé dos homens que se curvam a uma côrte devassa, que declaram em coacção o rei por uma miseravel ficção.

As ficções são para o estado normal! as ficções é uma doutrina que desaparece no meio do estridor das armas, do som das trombetas. As ficções é uma homenagem hypocrita, é um culto sem adoração. O rei escarnece-as por fingidas, o paiz detesta-os por sinceros.

O paiz não se salva hoje por doutrinas escolasticas, salva-se com polvora e balla. A revolução deve ser revolução—não ha, não pode haver revoluções doutrinarias. A doutrina perde-as; porque n'estas temerosas crises só um grande enthusiasmo, só a proclamação de um grande principio pôde salvar os imperios.

Que quer a doutrina fazer a um rei conspirador? Porque não applicaram os doutrinarios a mesma jurisprudencia a D. Miguel?

Oh! Só os pobres poderão ser castigados? Poderá a realeza tornar-se malefica, um rei andar a distribuir cartuxos para matar os cidadãos, pôr-se á frente do exercito e ficar impune?

Para que se derrama tanto sangue precioso? Para que havemos de querer mal a meia duzia de conspiradores famintos, e beijar a mão áquelle que os chama para o seu serviço? O mal deve atacar-se na raiz.

O sr. Garrett disse na associação do Sacramento (ouvimo-lo!) que quando uma dynastia se tornava infesta aos interesses do paiz, não havia obrigação de a supportar. E o sr. Garrett é um bom publicista.

Não nos importa a dynastia, importa-nos muito o povo, importa-nos quem faz o mal.

O povo é calcado, a rainha declara-se absoluta. O povo está desligado da obediencia, a rainha não tem imperio sobre nós, que só reconhecemos o throno constitucional.

Esta é a verdade, e até a doutrina. Digam-no assim ao povo, que foi sempre esse o costume de nossos maiores. Não embalem o paço, que o tem corrompido com essas mentiras; porque é mentira uma doutrina que nenhuma revolução respeitou jámais.

Cartas do Alemtejo dizem que o barão de Estremoz fora bater Jeromenha, e que retirara accusado pelos populares que a guarneciam. Acrescentam que as povoações d'aquella provincia correm em massa a unir-se a Evora ás forças do conde de Mello.

Uma carta de Coimbra de 30 diz que a maior parte das forças do conde de Bomfim se tinham reunido ao conde das Antas, e que o revez de Torres Vedras fôra menor do que ao principio parecia.

As forças populares retiraram d'aquella cidade, não ficando ali uma só pessoa de consideração, de sorte que da camara antiga só ali appareceu o presidente. As forças cabralistas foram recebidas com uma fria indiferença.

A igreja ministerial está abalada nas suas crenças. E querem saber quaes são as crenças ministeriaes? E' o dinheiro.

A alma da pandilha é hoje o sr. Sousa Azevedo. O visconde de Oliveira contenta-se com as honras de ministro, e nem sequer pôde expedir os diplomas de alguns agraciados seus amigos; e D. Naniel de Portugal encolhe os hombros, vae perseguindo os liberaes, e brada que esta perseguição ainda tem de lhe dar na cabeça; ao Farinho parece-lhe um sonho o ser ministro—levanta-se todos os dias muito cedo e começa a olhar para a farda como um palvo.

A este ministerio d'entremez junta-se o Dietz e o commandante em chefe. Estes dois representam cousa diversa. O sr. commandante é sem tirar nem pôr a *vera effigies* do capitão de ordenanças no *Camões do Rocio* e o seu mentor é o *précurador* da santa casa.

Ora tudo isto berra contra o Saldanha, porque ao *invicto* não ha dinheiro que o farte. Mal tem recebido uma remessa já exige mais, e a caixa militar do *exercito fiel* é o tonel das Danaides—não tem fundo.

Alguns cabralistas andam descontentes porque queriam o Costa Cabral em pessoa, e não se satisfazem com o seu systema e espirito: o ministerio adoptando o systema proscribe o homem. Os cabralistas estão para o Saldanha como os miguelistas estão para o governo da rainha. Disputam sómente sobre pessoas.

N'este estado a guerra não tardará a reben-tar.

O ministerio tem contrahido os seguintes emprestimos:

Exigiu do antigo banco de Lisboa trezentos contos de réis, cuja transacção foi confirmada por decreto de 22 de outubro de 1846.

Gastaram-se promptamente.

Feita a junção do antigo banco com a companhia confiança, passando a denominar-se banco de Portugal, foi confirmada esta monstruosa transacção por decreto de 19 de novembro de 1846, publicado no *Diario do Governo* de 21 do mesmo mez, e desde logo se estipulou no art go 24 do mesmo mesmo decreto o seguinte:

«O banco de Portugal fará um supprimento «ao governo de trezentos contos de réis.»

O que parece, sem duvida, considerar-se o premio de tal concessão!

Tambem estão gastos os 300 contos!

E ultimamente exigiram-se mais uns cincoenta contos para serem incluidos n'um outro emprestimo que dentro em pouco se fará.

Pelas folhas do ultimo paquete soube-se que os fundos portuguezes na praça de Londres tinham augmentado 2 por cento na sua cotação.

Era sabido, por todas as pessoas de boa fé, que este ligeiro augmento de valor n'aquelles titulos de credito provinha de asserções inexactas dos agentes do governo de Lisboa n'aquella praça, dando como certo que o pagamento dos dividendos se realisaria impreterivelmente no principio do anno.

O *Diario do Governo* de 4 do corrente, n'um mui capcioso artigo, procura fazer acreditar que o pagamento do dividendo se effectuará por intervenção da casa Baring de Londres, que para fim analogo mandára aqui pessoa da sua confiança.—E' exacto que um agente da dita casa viesse a Lisboa, a instancias do governo, mas será bem provavel que o resultado da sua missão contradiga plenamente o artigo do *Diario*.

O conde do Tojal quando se achava em Londres diligenciou encontrar os fundos para pagamento dos dividendos, visto que de Lisboa se não esperavam saques: propoz um empenho de bonds no valor de quatrocentas mil libras, que garantio com o sua propria pessoa e credito pessoal e politico, por se dizer vir entrar para o ministerio da fazenda, o que se não verificou.

Fizeram-se depois novas instancias d'aqui, e o mais que se obteve foi que a casa Baring mandasse a Lisboa um seu commissionado para a informar do estado de credito que gozava o actual ministerio dentro do paiz, e quaes os recursos pecuniarios de que dispunha actualmente.

O resultado de tudo isto pôde já muito bem avaliar-se, porque o credito do governo é geralmente reconhecido.

Os prisioneiros continuam a ser maltratados. Ainda estão incommunicaveis. Tudo o que lhes vae de fóra soffre uma rigorosa revista e não lhes é entregue pela pessoa que lh'o leva.

Para certeza de que os objectos chegam ao seu destino diz-se que o prisioneiro deve passar um recibo da entrega. Se o passa não é dado ao portador, porque não se concede que a letra do prisioneiro venha cá para fóra. Um guarda, esbirro ou cousa que o valha, tira uma cópia do bilhete do prisioneiro, e entrega-o ao portador. E' a unica resalva que ha.

Ora esta cópia não traz assignatura que a auctorise, ou que responda pela fidelidade d'ella, e assim nós crêmos que os prisioneiros teem sido roubados, e que as cópias trazem não o que os prisioneiros escrevem, mas o que os esbirros querem que se saiba cá fóra.

Este genero de tractamento é novo.—Napoleão em Santa Helena não esteve em mais cautella. E rasão ha para este tractamento. Aos bravos devem-lhe os covardes dar a beber o calix da amargura até ás fezes.

Felizmente temos em quem fazer represalias, posto que não tenhamos victimas tão nobres. A junta do Porto deve immediatamente ordenar a respeito dos seus prisioneiros o mesmo tractamento que em Lisboa se dá aos de Torres Vedras.

Tambem se diz que mandam para Angola os prisioneiros. Façam o que quizerem, que teem por onde o paguem. Ainda estes dias nos cahiram nas mãos 80 dos seus, e não tardará muito que tenhamos muitos mais.

Não as hão de pagar no outro mundo.

No *Nacional* do Porto de 26 de dezembro lê-se o seguinte:

«Por communicações officiaes recebidas na

junta provisoria se sabe que a praça de Valença se acha cercada por numerosas forças populares que impedem a entrada de toda a qualidade de soccorros para a mesma praça, e que áquellas forças se tem já apresentado alguma gente da guarnição, entre ella mais oito soldados da marinha, dos que para alli foram da esquadra.»

«Por pessoa bem informada do que se tem passado em Guimarães consta que as forças miguelistas marcham sobre Braga, achando-se já algumas a uma legoa de distancia d'aquella cidade; e tambem se diz que entre ellas se tem ouvido vivas á junta do Porto.»

Lê-se no *Nacional* do Porto de 23 de dezembro :

«Hontem foram soltas algumas pessoas que tinham sido presas, no occasião em que o Casal ameaçou esta cidade, por haverem, d'umas provas authenticas, e d'outros indicios bem fundados, de que conspiravam para a intentada revolta dentro da cidade.

Frustrada que foi aquella tentativa, s. ex.³ o governador civil apresentou-se a lavrar a ordem de soltura; e assim mostrou que não quer incommodar cidadão nenhum, senão quando a segurança e a tranquillidade publica exigirem esse sacrificio, e nunca por espirito de perseguição, que o não tem, antes ao contrario, segue os principios de tolerancia até aonde a póde usar sem compromettimento das obrigações que lhe incumbem como primeiro magistrado de policia que é.

«Louvamos esta prudencia e moderação de s. ex.³, que assim sabe regular o exercicio da sua auctoridade segundo as circumstancia o pedem, combinando a segurança da cidade que lhe está commettida, com o minimo incommodo dos sediciosos.»